

## **ESTUDOS DE GÊNERO EM ARQUITETURA.**

### **Um novo referencial teórico para a reflexão crítica sobre o espaço residencial**

O texto é parte do primeiro capítulo da tese intitulada “Espaço Privado Moderno e Relações Sociais de Gênero em Salvador: 1930-1949”, e trata da apresentação de um novo referencial teórico-metodológico para os estudos sobre o espaço privado da habitação que vem sendo denominado de teoria crítica feminista. Essa teoria embasou a investigação desenvolvida na tese sobre a permanência do modelo de zoneamento tripartite – áreas social, íntima e de serviço –, consolidado no século XIX, e sua permanência no tempo, bem como a carência de reflexão, principalmente acadêmica, sobre os temas da habitação e do habitar. Defende a adequação da História Cultural ao objeto de estudo em questão, como uma perspectiva de investigação histórica mais centrada nas práticas do que nas distribuições e mais nas representações do que nas repartições dos objetos.

Os estudos e pesquisas sobre as habitações em geral – em termos de produção nacional ou estrangeira –, durante o século XX, resultaram, na maioria das vezes, em uma historiografia que privilegia os aspectos formais e estilísticos, em detrimento dos espaciais e, uma vez se detendo na análise espacial, dificilmente questionam a distribuição e a disposição dos cômodos no espaço doméstico, seus usos e o que eles representam em termos de construção social.

Desde o século XIX, a atenção dada à distribuição e à disposição do espaço doméstico foi importante e decisiva no que tange ao estabelecimento de normas e diretrizes para o projeto. A difusão desses arranjos espaciais em livros e textos, que incluiu obras de autores europeus como Viollet le Duc, Robert Kerr e Cézair Dally (ARAÚJO, 1999), no entanto, não se limitou a publicações dirigidas para um público de especialistas, mas igualmente – e talvez principalmente – para o público leigo. Isso não foi gratuito. É no desenrolar daquele século que se deu a grande transformação da casa, principalmente do seu espaço interno, no sentido de valorizar a privacidade e de estabelecer um zoneamento espacial que divide a moradia em três setores: social, íntimo e de serviço (ROLNIK, 1985). A partir de então, o programa da casa institucionalizou-se, gerando discriminação social e reforço nas implicações de gênero e só recentemente alguns autores têm problematizado as razões dessa institucionalização e o papel do arquiteto ou projetista, dos historiadores e dos teóricos, nesse processo.

Começaremos analisando a produção desses historiadores e teóricos, no sentido de entender as razões pelas quais o tratamento do espaço privado – à exceção da abordagem teórica feminista mais recente, no exterior – parte sempre de esquemas funcionais a serem investigados, perpetuando, assim, o programa que certamente esconde os principais questionamentos que se podem fazer sobre o projeto de habitação.

Podemos dividir a produção bibliográfica sobre a casa em dois grandes blocos que nortearão a nossa avaliação crítica, no sentido de privilegiar uma nova base teórica mais eficaz no que diz respeito ao espaço doméstico. O primeiro bloco, mais descritivo, desenvolve abordagens vinculadas ora aos aspectos formais, ora aos

espaciais da habitação. Para reduzirmos o elenco dessa produção, sua concentração será nas obras do século XX, o que significa dizer que se trata do contexto da produção da arquitetura moderna e da literatura a ela relacionada. O segundo se deterá, particularmente, nas abordagens teóricas que vão além da questão específica da casa – inserindo-a em uma teia interdisciplinar que inclui as ciências humanas e a filosofia – com o intuito de questionar sua construção epistemológica.

Todas as obras clássicas da história da arquitetura trazem, de uma forma mais ou menos extensa, considerações sobre a casa, ou determinadas casas, pois a maioria delas se concentra nas realizações de arquitetos consagrados (excetuando aquelas ligadas aos estudos da arquitetura vernacular, ou que incorporam questões de antropologia social e cultural à compreensão do habitat humano). Elas identificam transformações estilísticas, buscando a origem e as causas dessas transformações, e descrevem as diferentes concepções volumétricas, plásticas e espaciais que resultaram da criação daqueles arquitetos. Além disso, é notória a ênfase dada à habitação, ao ser feita qualquer referência à arquitetura moderna. Em termos de uma bibliografia mais ampla, a produção é enorme – incluindo a nacional e a estrangeira –, cobrindo estudos tanto de vilas ou mansões das classes mais abastadas e de casas para a classe média quanto, e principalmente, daquelas destinadas à habitação popular, particularmente dos conjuntos residenciais. Porém, em todos os casos, um fato está sempre presente: a representação recorrente do programa, sendo que ele, mais simples ou mais complexo, mais reduzido ou mais amplo, termina por conter, invariavelmente, a concepção tripartite da casa: áreas social, íntima e de serviço. O espaço privado está preso a essa condição, e a razão, ou melhor, as razões do seu aprisionamento precisam ser investigadas.

Talvez o ponto de partida desta investigação seja averiguar o pensamento, a base histórico-teórica, que subjaz nesse aprisionamento, em obras que aqui incluímos no chamado segundo bloco. Para tanto, um caminho eficaz pode ser uma incursão sobre os fundamentos teóricos e as abordagens metodológicas dos autores que discorrem sobre o tema, ou que inserem, na sua produção, alguma descrição ou reflexão sobre ele.<sup>2</sup> E, aí, parece que a primeira coisa a ser observada é o consenso sobre a casa ou abrigo como a própria origem da arquitetura, isto é, o lar do primeiro homem. Nesse retorno às origens, a arquitetura conformaria todas as outras atividades humanas através da condição de abrigo primitivo. Uma revisão sobre as várias concepções desse abrigo, nas formulações teóricas sobre a arquitetura e no seu embasamento em estudos antropológicos, psicológicos, filosóficos ou poéticos, é desnecessária. Muitos já o fizeram: Rapoport, 1972; Bachelard 1996; Oliver, 1972; Lléo, 1998.<sup>3</sup> É necessário, porém, ressaltar que a recorrência ao tema do abrigo primitivo está vinculada à crença de que nele se instituiu o espaço desde sempre habitável, humanizado, como essência da arquitetura.

Entre os textos que mais reforçaram essa crença, na segunda década do século XX, está o *Construir, Habitar, Pensar*, de Martin Heidegger (1971), que se tornou, no dizer de Arantes, uma referência fundante, sem a qual os arquitetos não sabem mais refletir sobre a sua disciplina (ARANTES, 1993). Pois é em uma cabana na floresta – uma versão, reprodução ou repetição do abrigo primitivo – o lugar onde Heidegger realiza o seu “ser do construir”. Que esse texto seja um texto filosófico e

não de arquitetura, como argumenta Arantes, não discutiremos aqui. Apontamos, contudo, que o mesmo – uma vez apropriado pelos arquitetos – afastou-se da vida concreta das pessoas nos seus espaços de vida cotidiana e de toda a problemática, social, psicológica e existencial aí embutida. Essa afirmação, no entanto, não impede a transformação da vida cotidiana em poesia ou expressão poética. Uma prova disso é que a casa já inspirou criações teóricas ou literárias e expressões poéticas das mais belas, resultado das vivências carregadas de nostalgia que todos nós sentimos sobre ela.

Porém, no que diz respeito à casa, em seus espaços interiores, o posicionamento acrítico dos arquitetos e teóricos levou a uma idealização ou romantização, uma vez que ela é tomada apenas como o lugar do abrigo, da proteção, do aconchego, do íntimo, da convivência feliz com os familiares e amigos, ou seja, somente atributos de natureza positiva, afastando-se a possibilidade de reconhecimento daqueles outros – angustiantes, temíveis, opressores e repressores, que também habitam a casa.<sup>4</sup> Inclusive a de Heidegger. Pois, se a casa de *Construir, Habitar, Pensar* não acolheu o que não é familiar, conhecido (reprimindo as conotações do estranho, do temível), em *Ser e Tempo* – sua obra mais importante, datada de 1927 – o filósofo deixa o “ser do temer” habitar a casa. E mais: aproxima-se do conceito de “estranho” em Freud (1967)<sup>5</sup>, quando diz que o temor se transforma em pavor e que “o referente do pavor é, de início, algo conhecido e familiar” (HEIDEGGER, 1995).

Assim, a escolha unilateral de um texto mais recente de Heidegger (*Construir, Habitar, Pensar*), em um momento em que existiu um desejo de lealdade aos conceitos específicos da arquitetura como disciplina que se queria autônoma, reforçou o discurso da gênese da arquitetura e da formação do conhecimento que lhe é próprio. Mas o que lhe é próprio? O conhecimento do que é próprio da arquitetura não é apenas uma questão de técnica – que um artesão ou construtor, sem dúvida, entendia – mas também de epistemologia, isto é, a forma sistematizada de adquirir conhecimento sobre arquitetura. Essa epistemologia foi formulada e reformulada em tratados tão antigos como o de Vitrúvio e constitui uma das principais, senão a principal fonte de recorrência e repetição nos discursos de arquitetura (INGRAHAM, 1988).

Em *Os Dez Livros da Arquitetura*, Vitruvius elenca uma série de conhecimentos que o arquiteto deve ter, como música, filosofia e história – além dos mais óbvios para o exercício do ofício de arquiteto –, os quais acrescentam, para além do saber técnico, questões de significado, contexto e referências apropriadas, que resultam na valorização da autoridade para construir, o conhecimento para tal.

De fato, essa autoridade remonta ao *De Architectura Libri Decem*, segundo Ingraham, pois é nas histórias narradas por Vitruvius, naquele primeiro discurso sobre arquitetura – para auxiliá-lo em sua argumentação –, que podemos precisar as questões de propriedade.

Podemos destacar duas dessas histórias, as explicações sobre as cariátides<sup>6</sup> e sobre a vitória dos lacedemônios sobre os persas<sup>7</sup>, pois retratam os princípios aprovados da construção (autoritária), gerados exatamente dessas narrativas de “propriedade” cultural e política. E elas são muitas, segundo o próprio Vitruvius: “Igualmente, existem outras histórias do mesmo gênero das quais é necessário que os arquitetos tenham conhecimento” (VITRÚVIO, 1999, p.50).

Sabemos que as disciplinas, de um modo geral, protegem-se de saber aquilo que elas não são, porque, assim fazendo, habilitam-se a construir uma genealogia, um ponto de partida para si próprias, um fator de identidade. Esse ponto de partida (a origem) e a identidade são dois dos inúmeros conceitos questionados pelo pensamento pós-estruturalista, na sua contraposição à metafísica ocidental, em que a construção de conceitos logicamente parametrados requisita, claramente, a procura de um posto de segurança para o pensar (CRITELLI, 1996).

Pode-se especular, nesse sentido, sobre a preocupação teórica recorrente, referida anteriormente, em relação à “construção” da origem da arquitetura a partir da “cabana primitiva”, que tem na obra *Essay sur l'Architecture*, do Abade Laugier, datada de 1763, a sua versão mais clássica, nos dois sentidos. Antes dele e depois dele, expressões e representações as mais diversas, no espaço e no tempo, funcionam como a mais legítima validade do significado original – e, portanto, essencial – das edificações destinadas ao homem, entre as quais a casa, sempre associada com o lar seguro, protetor, lugar de descanso e paz. No século XIX, John Ruskin, por exemplo, recoloca e reforça essa associação do lar como o lugar de refúgio, separado daquele da indústria e do comércio:

Esta é a verdadeira natureza da casa – é o lugar da paz – do abrigo, não só de todo dano, mas de todo o terror, dúvida e divisão. Na medida em que não for isto, não é uma casa; na medida em que as ansiedades da vida exterior penetram nela, que a inconsistência, o desconhecido, o desamor e a sociedade hostil do mundo exterior forem permitidos, seja pelo marido ou pela esposa, a atravessar a sua fronteira, ela cessa de ser uma casa. <sup>8</sup>

Já no século XX, Gaston Bachelard, ligando a casa com a memória e a imaginação dos que a habitam, vai relacionar o espaço habitado com a essência da idéia de casa:

Na ordem dos valores, ambas (memória e imaginação) constituem uma união da lembrança com a imagem. Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial (...) Pretendemos mostrar que a casa é uma das maiores forças de integração para o pensamento, as lembranças e os sonhos do homem.(...) Sem ela o homem seria um ser disperso. (BACHELARD, 1996, p.25, 26)

Se acrescentarmos à ilustração heideggeriana do significado simbólico da casa como o sítio de todos os eventos significativos da vida – exemplificado na casa-cabana da Floresta Negra – a expressão lírica de associações da casa com o paraíso, lugar de segurança, de paz, de depósito de memórias, certamente o que encontramos é sempre um reforço da casa como a gênese da arquitetura, idéia recorrente, como argumentamos, entre muitos teóricos contemporâneos, dentre eles Joseph Rikwert, cujo título de uma de suas obras mais recentes é *A Casa de Adão no Paraíso*. <sup>9</sup>

Para Ingraham, esse momento de gênese, que é institucional, filosófico e lingüístico, é recuperado como “um ato poético e trágico – como um mito, que passa então a pertencer a uma formação específica – a formação da arquitetura” (INGRAHAM, 1988).

Foi assim, importando o saber produzido por outras áreas do conhecimento, que a arquitetura abriu-se para o jogo das metáforas, onde é tão rica e, simultaneamente, se auto-formulou como uma disciplina, estabelecendo suas fronteiras e sua terminologia, no sentido de adquirir identidade.

Assim, o ato de auto-formulação da arquitetura como disciplina e o seu reforço, paradoxalmente, fecha, na contemporaneidade, as fronteiras para a apropriação, pela arquitetura, de temas e conceitos de fora, os quais, de início lhe foram úteis. Para Ingraham, a necessidade de ser um objeto formal e autônomo, construído segundo os termos e as condições de uma dada era ou *ethos*, e, ainda mais, parecendo transcendê-los, protege – como consequência – a arquitetura de determinados tipos de investigação teórico-crítica.

Aplicado ao nosso objeto específico – a busca de um referencial teórico-crítico aplicável à organização espacial da casa e às implicações de relações sociais de gênero nela presentes –, não é a necessidade e o desejo do abrigo, mas de um tipo específico de abrigo que interessa: um abrigo adequado, concebido e construído de acordo com princípios que podem ser articulados para responder a funções e aspirações próprias e apropriadas. E se o sujeito (universal), na sua postura clássica, iluminista, não habita uma edificação, mas a idéia de uma edificação, a proposta aqui é tentar investigar o que, finalmente, está por trás dessa idéia.

A posição de proteção que a arquitetura, como disciplina, se coloca, diante de uma investigação teórica sobre a casa, por exemplo, parece que envolve questões vinculadas a aspectos de “propriedade” – facilmente observável como termo indispensável recorrente em arquitetura (e neste texto) – o que, segundo Ingraham, diz respeito ao que é “próprio”, tanto no sentido de “adequado”, quanto de “posse”.<sup>10</sup> Por outro lado, a formulação do que é próprio, na arquitetura, é também a formulação de seu ser lingüístico e metafórico, que foi simultaneamente “convocado e escondido” quando a disciplina foi concebida.

Segundo a autora, adotar a abertura para uma crítica que não só escrutinize a história e o significado da arquitetura, mas também que admita que o arquiteto é o recontador do que é próprio sociológica, política e ideologicamente dessa mesma arquitetura é que ela pode, de fato, construir para si novas possibilidades.

Para esse fim, talvez um primeiro caminho seja duvidar de que, como entendido tradicionalmente, o poder e as propriedades da arquitetura derivem apenas de outras esferas culturais, de que o lugar arquitetural seja entendido como o das relações de propriedade já colocadas econômica e culturalmente. É certo que as idéias científicas que governam a produção da arquitetura, como gravidade, forças e cargas, dependem de uma atitude cartesiana em relação ao material e ao espaço, e que idéias morfológicas e tipológicas que governam esse espaço e a forma arquitetônica –, estabelecendo tipologias formais e espaciais – são dominadas por sistemas pré-existentes de propriedade, formulados social e culturalmente. Esses sistemas subsistem sob alegações irrefutáveis, por exemplo, do que seja **propriamente** uma casa, isto é, como deve parecer seu espaço, seus materiais, sua ordem, disposição e distribuição de cômodos e assim por diante.<sup>11</sup>

O modelo tripartite sacramentado para o espaço privado, dominante nas sociedades ocidentais por quase dois séculos, poderia ser assim compreendido e explicado. Sua construção certamente envolve campos variados do conhecimento e de práticas políticas, econômicas, sociais e culturais. Mas, ao mesmo tempo, poderíamos dizer, recorrendo a Foucault, que uma inversão é possível, econômica e culturalmente, em relação ao ato arquitetônico e ao objeto resultante – os quais não seriam explicados apenas em termos de cultura, mas de uma “instância espacial da cultura”. É o que o filósofo historiador afirma, quando reivindica o tema do espaço, a análise arquitetural, espacial, e não temporal da cultura, confiando, na sua investigação sobre a história do conhecimento, nas demarcações espaciais, além das temporais (FOUCAULT, 1980, p. 68; FOUCAULT, 1986, p.22-27).

Segundo Ingraham – para quem Foucault teria deixado as implicações espaciais de seu trabalho “amorfas e metafóricas” –, nomear essas demarcações parece tornar a arquitetura um campo privilegiado de operações, afastado das formas de dominação, embora a elas relacionado. Essas demarcações e o controle que podem exercer constituem o que, no fundo, interessa ao historiador filósofo. Desse modo, essas demarcações parecem mais arquiteturais do que geopolíticas, já que elas dependem, por exemplo, de uma tensão entre o projeto e o ato de habitar. A força política do panóptico, para Ingraham, está na impossibilidade de separar seu “projeto” político de suas funções e utilização.<sup>12</sup> As metáforas espaciais que Foucault usa freqüentemente são eficazes em seu discurso, porque elas já assumiram a estrutura (no projeto) da tipologia arquitetônica e a propriedade que designa as formas adequadas de habitar o espaço (INGRAHAM, 1992, p.27).

O importante, nesse raciocínio, é que, subsistindo sob a demarcação espacial do domínio, terreno, região, território, deslocamento, lugar, arquipélago – metáforas espaciais utilizadas por Foucault – estão, para Ingraham, as propriedades da cidade, sítio, contexto, escritório e casa. Essas propriedades estão emaranhadas com sistemas morais e políticos que emanam de algum lugar, mas a verdadeira noção de propriedade, a própria palavra, está ligada à posse da propriedade, à própria instância onde aquela propriedade habita, e assim, em um círculo, à arquitetura.

Porém, o tema da casa, sua propriedade e propriedades, não encontram, no mesmo Foucault, uma acolhida própria. Ou melhor, nenhuma acolhida. É o que defendemos, quando McLeod habilmente coloca em *Everyday and Other Spaces*. (MCLEOD, 1996). O título já traz embutida a crítica. Em *On Other Spaces*, Foucault introduz o conceito de heterotopia – que ele distingue de espaços imaginários – as utopias. Em um texto mais poético que rigoroso, o autor sugere que os ambientes ou espaços qualificados como heterotopias (o teatro, o museu, o asilo, a prisão, o cemitério, a igreja, o bordel, a colônia), rompendo com as banalidades da vida cotidiana e garantindo *insights* da nossa condição, são privilegiados e carregados politicamente, suspendendo, neutralizando ou invertendo as relações que eles designam. Para McLeod, o que Foucault explicitamente omite é o lugar de trabalho, a rua, o *play ground*, o *shopping center*, os lugares de lazer diário (parques, cafés, restaurantes) e a **casa**. Considerando pertinente a concepção de “outro” em Foucault – pois ele sugere lugares e tempos reais e insiste em abordar as instituições e práticas, em termos políticos e sociais – McLeod estranha que o conceito, com sua ênfase na ruptura, exclui os lugares tradicionais das crianças e das mulheres (elas entram

como objetos sexuais no bordel e no motel), dois grupos que mais mereceriam o rótulo de “outro”. E com um agravante, que deve ser ainda mais duro para as mulheres, que executam o trabalho doméstico em suas próprias casas: a exclusão da casa como uma heterotopia. A justificativa do filósofo é de que a casa “é um lugar de descanso”. Essa observação de McLeod, que vincula o espaço doméstico ao trabalho da mulher e à naturalização desse vínculo, estará na base das interpretações do referencial teórico, cuja adoção defendemos na história, na teoria e na prática projetual dos espaços residenciais: a teoria crítica feminista.

Uma das diretrizes importantes que a teoria crítica feminista evidencia é considerar a casa como um objeto concreto, constituído de espaços de vivências, individuais e coletivas, de construção de representações e de papéis sociais, que variam no tempo e no espaço, de experiências agradáveis e angustiantes, de alianças e de luta, de descanso e de trabalho, distanciando-se, portanto, de uma visão mais idealizada e romantizada da casa.

Sua escolha metodológica – tanto do ponto de vista do objeto, a casa, lugar historicamente entendido como “o lugar da mulher”, quanto do ponto de vista do universo, principalmente se esse pertence a uma sociedade de base fundamentalmente patriarcal (como no nosso caso) – privilegia a discussão das relações sociais de gênero aplicada ao espaço doméstico.

Por essa razão, vimos levantando aspectos sobre a problemática da construção epistemológica da casa, no sentido de subverter as abordagens teóricas e metodológicas da maior parte do conhecimento produzido sobre esse tema. No Brasil, em contraste com outros países, a maioria dos estudos sobre a casa, particularmente na concepção do espaço privado em si e sua relação com o espaço urbano, ainda não focaliza a problemática de gênero, essencial para a compreensão do habitat doméstico.

A evidência de que são poucas as pesquisas, no Brasil, que buscam identificar e analisar questões ligadas às relações sociais de gênero na arquitetura, seja no campo da história da arquitetura e da cidade, da teoria ou do processo projetual, foi a principal razão que nos estimulou a defender a teoria crítica feminista em estudos referentes a esses temas. A outra razão, mais específica, é a compreensão de que, na contemporaneidade, não existe mais lugar para analisar o espaço doméstico sem considerá-lo também na sua concretude, ou seja, tanto como suporte físico para o exercício daquelas relações como na sua implicação na construção dos sujeitos, seus papéis, aspirações e realizações.

Nos campos disciplinares voltados para a problemática urbana ou para a análise da construção dos espaços público e privado, como também na investigação histórica desses mesmos espaços, os “atores sociais” passaram a ser valorizados também naquelas práticas sociais e espaciais baseadas nas diferenças étnicas, culturais, religiosas e sexuais. Já se observou que as categorias “domicílio”, “usuário”, “beneficiário”, “chefe da família”, nas ações públicas de planejamento habitacional e urbano, mascaram a complexidade do meio social, homogeneizando geração, origem racial e cultural e sexo. (VALÉRY, 2000, p.24).

Um aspecto importante nesse sentido foi a contribuição das histórias social e cultural que, de um modo geral, tornou visível o papel das mulheres em todos os momentos

da vida sociocultural e influenciou diretamente os estudiosos estrangeiros interessados na construção do espaço urbano e arquitetônico, incluindo aí as investigações sobre o espaço doméstico vinculado à questão de gênero.

O termo gênero foi incluído nessas investigações como base para se teorizar a diferença sexual, e, embora os usos sociológicos do termo possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero, em contraste com as conotações físicas do termo sexo (SCOTT, 1992, p. 86).

Hoje, as abordagens feministas comportam uma grande heterogeneidade de aportes teóricos, porém concordam em privilegiar esse aspecto essencial das relações humanas, ou seja, a relação entre os gêneros, tais como existiram e existem na sociedade. Concordam que essa relação é caracterizada por relações de poder definidoras de papéis que homens e mulheres desempenham em cada sociedade e as representações que cada gênero tem de si e do outro.

Ainda fora do Brasil, em relação à arquitetura e ao urbanismo, as teorias feministas representam um movimento de reflexão crítica e política, com o objetivo de provocar uma mudança tanto no processo projetual – no sentido de uma redefinição desses papéis e representações –, como no processo da prática historiográfica, inaugurando uma nova reflexão na abordagem da construção dos espaços público e privado.<sup>13</sup> Essas abordagens baseiam-se na certeza de que a construção social de gênero é uma produção histórica que reconstrói permanentemente papéis e representações, não podendo ser, portanto, considerada como verdadeira e definitiva. A existência, na contemporaneidade, de alguns indícios de transformações em alguns segmentos da sociedade, grupos ou mesmo indivíduos, em relação a esses papéis sociais só corrobora essa afirmação.

É importante ressaltar que, embora os estudos sobre questões de gênero – na história da arquitetura e do urbanismo, nos Estados Unidos<sup>14</sup> e na Europa – tenham se desenvolvido apenas nas três últimas décadas, a perspectiva dessa possibilidade foi aberta a partir dos “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”, característicos da metodologia da *La nouvelle histoire*, como colocados por Jacques le Goff e Paul Veyne, e que remonta à criação da *Écoles des Annales* de Marc Bloch e Fernand Braudel, desde os anos 1930. É a partir dela que, entre os novos objetos da história, estão incluídos: a história da vida privada, da família, da infância, das mulheres, todas elas distanciadas de uma narrativa linear. Esses objetos abriram inúmeras perspectivas, abordagens e áreas de estudo, entre as últimas a da relação entre gênero, arquitetura e urbanismo.

Os estudos de gênero ou sobre a mulher no Brasil estão sendo desenvolvidos em uma abordagem interdisciplinar, com envolvimento de pesquisadoras (es) em áreas tão diversas quanto história, política, ciências sociais, educação, saúde, geografia e direito. A participação das áreas de arquitetura e urbanismo parece ser uma das mais deficientes. No que diz respeito à arquitetura residencial, mesmo nos livros recentemente publicados, a importante relação entre espaço e práticas sociais no espaço doméstico, vinculada a aspectos ligados ao gênero, não é discutida, embora seja tratada, lamentavelmente, ligada a fatos históricos “naturalizados” (VERÍSSIMO e BITTAR, 1999); (LEMOS, 1999).



É importante lembrar que, aqui, a arquitetura é entendida tanto como objeto material resultante de um projeto, quanto como uma disciplina que tem como domínio o conhecimento da arquitetura e como sujeito desse conhecimento o professor, pesquisador e (ou) o profissional arquiteto que vai projetar o espaço em questão. Esse espaço, segundo a teoria crítica feminista, não é uma entidade física neutra, mas protagonista das práticas sociais e simbólicas dos sujeitos, ou seja, o local onde os mesmos são constituídos.

Pela natureza histórica do tipo de investigação teórica aqui desenvolvido, é necessário também esclarecer e reforçar o conceito pertinente de história a ele adequado. Começemos pela negação de que objetos históricos, quaisquer que sejam, sejam objetos naturais, em que apenas variariam as modalidades históricas de existência. Como observa Paul Veyne, não existem objetos históricos fora das práticas móveis que os constituem, não havendo, portanto, zonas de discurso ou de realidade definidas de uma vez por todas, delimitadas de maneira fixa e detectáveis em cada situação histórica: “as coisas não são mais do que as objetivações de práticas determinadas, cujas determinações é necessário trazer à luz do dia” (VEYNE, 1982).

Trazer à luz do dia as determinações, o conhecimento e a interpretação do espaço privado e sua relação com as práticas sociais nele vividas, dentro de uma dada cultura, implica, entre outras, a abordagem teórico-metodológica indicada, mesmo ciente de que as correlações entre níveis sociais, indicadores culturais e representações não sejam estabelecidas facilmente.

Essa dificuldade, inclusive, é que leva a teoria crítica feminista a escolher uma metodologia cujo desenvolvimento se insere no que vem sendo designada como História Cultural, pois se trata de uma perspectiva de investigação histórica mais centrada nas práticas do que nas distribuições e mais nas representações do que nas repartições dos objetos. A análise cultural pode esclarecer as mudanças de conceitos como família, gênero, privacidade, relações domésticas entre pais, filhos, criados, agregados, como também desses com o mundo exterior (CHARTIER, 1990).

Finalmente, e certamente já subentendido no que foi até agora colocado – embora não tenha sido detectado explicitamente na bibliografia aqui utilizada sobre a teoria crítica feminista (principalmente de origem anglo-saxônica) – outro aspecto importante não pode ser omitido na análise dos espaços privados ou públicos. Trata-se do fato de que eles são permeados por ideologias que, embora mudem no tempo, apontam aspectos reveladores da sua força.

Tratando especificamente do tema arquitetura e ideologia, Porphyrios (1985) observa que a arquitetura, como uma prática discursiva, deve sua autoridade e coerência a um sistema de mitificação, enunciado coincidente àquele que de início postulamos como básico em Ingraham. Sendo uma forma de representação, o discurso da arquitetura naturaliza certos significados, perpetuando práticas – no interesse de um poder hegemônico<sup>15</sup> – entre as quais podemos incluir, aplicando ao nosso caso a repetição do modelo tripartite nos projetos residenciais. O autor também argumenta que o *status* da arquitetura como ideologia “deriva do fato de que ela reflete a maneira na qual os agentes de uma cultura arquitetônica vivem as relações entre arquitetura como produção e arquitetura como instituição”.<sup>16</sup> É essa consciência que certamente muitos

dos arquitetos, historiadores e teóricos – como agentes da cultura arquitetônica – não possuem, ou melhor, são essas implicações teóricas da prática e da construção do campo da arquitetura que eles desconhecem. Produzir esse conhecimento, através da investigação de como, no tempo, esse saber “incompleto” foi constituído, é o que Porphyrios denomina História Crítica, na qual está também embutida uma dimensão política. A razão de ser da história crítica é exatamente a constituição da arquitetura como discurso e, no processo de tal constituição, o desmascaramento de um processo de mitificação seja quando e seja onde ele tenha lugar.

Arquiteta, professora (adjunto IV) das disciplinas de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da UFBA. Especialista em História e Teoria pelo *History and Theory Programme* da *Architectural Association School of Architecture*, Londres. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, em dezembro de 2003, sob a orientação da Profa. Ana Fernandes. e-mail: <acaraujo@ufba.br>

## NOTAS

<sup>1</sup> SCHULZ (1975), RIKWERT (1999), ROSSI (1995), FRAMPTON (1996), entre outros.

<sup>2</sup> Os mais recentes, no Brasil, foram trabalhos divulgados em rede, na revista virtual *Vitruvius*, em 2003. (<http://vitruvius.com.br/arquitextos/arq024/arq024/02.asp>) e (<http://vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/asp156.asp>).

<sup>3</sup> Naturalmente que esses atributos negativos ou positivos ligados à casa variam, uma vez que não existe “a casa”, mas casas que se diferenciam quanto à sua pertença a diferentes classes sociais e diversidades culturais, no tempo e no espaço.

<sup>4</sup> Os conceitos *Heimlich* e *Unheimlich* (familiar, conhecido e não familiar, estranho), embora pareçam opostos, vão, segundo Freud, se transformar um no outro: “*Heimlich é Unheimlich*”. Para detalhes, ver FREUD (1967)

<sup>5</sup> VITRÚVIO (1999). Cária, cidade do Peloponeso, aliou-se aos inimigos persas contra a Grécia, razão pela qual os gregos lhe declaram guerra. Os últimos, vitoriosos, destroem a cidade, matam os homens e escravizam as mulheres. Essa escravidão se torna então perpétua, através da imagem que os arquitetos passam a representar nos edifícios públicos: as mulheres cariatas suportando seu peso, para que sua pena, sofrida no lugar das penas da cidade, fosse transmitida aos pósteros. Segundo Vitruvius, “os arquitetos devem conhecer a fundo essa e outras histórias para que, quando perguntados, saibam contá-las”. Primeiro Livro, p. 50.

<sup>6</sup> Na batalha de Platéia, os lacedemônios, vencendo os persas, muito mais numerosos, celebraram, como diz Vitruvius, “... com glória o triunfo do butim e dos prisioneiros, erigiram o pórtico persa com despojos como monumento aos pósteros pela vitória; testemunho do mérito e do valor dos cidadãos no qual, suportando a cobertura, instalaram estátuas dos cativos em trajes bárbaros, representando-os punidos por seus agravos e orgulho para que os inimigos se intimidassem com receio dos efeitos de sua coragem e que os cidadãos, em vista de tal exemplo de virtude e eretos de glória, estivessem dispostos a defender a liberdade. Desde então, muitos erigiram estátuas representando persas a sustentar entablamentos e guarnições de seus edifícios, e a partir disso enriqueceram-se as obras com uma excelente variedade”. Idem, p. 51.

<sup>7</sup> Citado em HALL (1992), p.61.

<sup>8</sup> Um dos mais destacados teóricos contemporâneos da arquitetura, Rikwert, a partir de crença na essencialidade da cabana primitiva e acompanhando com preciosa erudição a relevância da mesma para os arquitetos e teóricos de todos os tempos (ele cobre inúmeros, desde Vitruvius a Le Corbusier, seja em citações textuais ou gravuras), recorre ao *waning*, objeto sagrado dos aborígenes australianos, um povo sem edifícios, para postular sua casa para Adão no Paraíso. O *waning*, para o autor, evoca, na sua fatura geométrica e sua carga simbólica, um nexos similar de noções primárias presentes nos exemplos por ele analisados (p.232 a 237).

<sup>9</sup> Em inglês, existem dois termos para designar esses significados: *propriety* (no sentido de adequado, apropriado) e *property* (no sentido de posse, ser dono). Interpretando o sentido como Laugier caracterizou o momento de transição de um frouxo grupo de galhos de árvores em “abrigo primitivo”, Ingraham observa que, seguindo o mito, nos movemos ou somos movidos de um estado passivo, pastoral, natural, para um estado cultural, ativo; de um “estado de natureza”, para um “estado de arquitetura”; de um abrigo acidental, para um imóvel, propriedade de alguém ou de alguns (INGRAHAM, 1988 p. 9). A autora utiliza a obra de Shakespeare, *King Lear*, sobre a partilha de suas terras e bens entre suas herdeiras, para discutir os termos *property* e *propriety*.

<sup>10</sup> Essas alegações estão, de certa forma, sendo questionadas pelo pensamento que introduz os conceitos contemporâneos de multiplicidade, fragmentação, caos, labirinto, rizoma, em contraposição aos conceitos clássicos

de análise espacial ou cultural do pensamento metafísico, aplicados na arquitetura.

- <sup>11</sup> Podemos lembrar, no entanto, que uma outra direção, é apontada por Michel de Certeau. Analisando a força do panóptico ou de outras expressões para ordenar coisas e pessoas, ele argumenta que “procedimentos” igualmente micros de transgressão são diluídos no dia-a-dia, quando o homem comum inventa o cotidiano, usando táticas de resistência, reapropriando-se dos espaços e do seu uso, a seu jeito (DE CERTEAU, 1996).
- <sup>12</sup> Entre inúmeras contribuições podem ser destacadas, no que diz respeito às novas abordagens projetuais, os trabalhos de Diana Agrest, Elizabeth Gross, Elizabeth Wilson. Quanto às abordagens históricas, podemos destacar HAYDEN (1981), SPAIN (1991), WIGLEY (1992), COLOMINA (1996), SIMÓ (1989) e MC LEOD (1996).
- <sup>13</sup> A produção acadêmica americana sofreu influência direta dos movimentos das minorias na década de 1960, nos quais a luta política feminista – que teve alcance mundial – foi essencial para a abertura da polêmica sobre gênero. Sem um conteúdo específico sobre gênero e urbanismo, Jane Jacobs – cujo livro *The Death and Life of Great American Cities* (1961) teve êxito internacional –, entre outros posicionamentos, rejeita os conjuntos suburbanos que isolam as mulheres (e as crianças), contrapondo-se ao *zoning* e, na sua apologia à vida urbana e dinâmica das metrópoles (reforçando continuamente a mistura das funções na cidade), aclama as condições que geram a convivência dos diferentes indivíduos, todos experienciando a vida pública JACOBS (1961).
- <sup>14</sup> Idem, p.16. O autor explica que os termos “poder” e “hegemonia” são usados no sentido dado por Poulantzas, isto é, “poder significando a capacidade de um grupo realizar seus interesses objetivos específicos” e hegemonia, indicando que o processo de realização de interesses não necessita “ser reduzido à pura dominação pela força ou violência, mas, ao contrário, compreende a função da liderança e da ideologia por meio da qual relações sociais são fundadas sobre consentimento ativo”.
- <sup>15</sup> Instituição aqui é definida como um sistema de normas ou regras que é socialmente sancionado (como a de que as residências devem obedecer a um zoneamento).

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- ARAÚJO, Anete. Espaço Privado Moderno e o Raumplan de Adolf Loos. *RUA Revista de Arquitetura e Urbanismo*, nº 7. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo MAU-FAUFBA, 1999, p. 148-154.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. (Coleção memória e Sociedade)
- COLOMINA, Beatriz. Battle Lines. The Sex of Architecture. In: AGREST, Diana; CONWAY, Patrícia; WEISMAN, Leslie (Editors). *The Sex of Architecture*. New York: Harry N. Abrams, Inc. Publishers, 1996. p. 73-128.
- CRITELLI, Dulce Mára. *Análítica do Sentido*. São Paulo: Educ Editora Brasileira, 1996.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*, 2.ed. São Paulo: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Of Other Spaces. *Diacritics*, Vol.16, Spring, 1986.
- FOUCAULT, Michel. Questions in Geography. *Power/Knowledge*. New York: Pantheon, 1980.
- FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica de la Arquitetura Moderna*. 6.ed. ampliada. Barcelona: Gustavo Gilli, 1996.
- FREUD, Sigmund. O Estranho. In: SALOMÃO, Jayme (coord.) *Obras Completas*. Imago Editora., 1977, v. 17. p. 275-98.
- HALL, Catherine White. *Male and Middle Class. Explorations in Feminism and History*. Cambridge: Plity, 1992.
- HAYDEN, Dolores. *The Grand Domestic Revolution. A History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods and Cities*. Cambridge, Mass. London: MIT Press, 1981.
- HEIDEGGER, Martin. Building Dwelling Thinking. In: Heidegger, *Poetry, Language, Thought*. New York: Harper, 1971.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. Parte 1
- INGRAHAN, Catherine. Animals 2: The Problem of Distinction. *Assemblage* 14. May, 1992, p. 25- 29.
- INGRAHAM, Catherine. The Faults of Architecture: Troping the Proper. *Assemblage* 7. October, 1988. p. 7-13.

- JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books, 1963.
- LLEÓ, Blanca. *Sueño de Habitar*. Madrid: Fundación Caja de Arquitectos, 1998. (Colección Arquithesis, n. 3)
- LEMOS, Carlos. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MCLEOD, Mary. Every Day and Other Spaces. In: AGREST, Diana Diana; CONWAY, Patrícia e WEISSMAN, Leslie (Editors). *The Sex of Architecture*. New York: N. Abrams, Inc Publishers, 1996. p. 15-28.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existência, Espaço y Arquitectura*. Barcelona: Editorial Blume, 1975.
- OLIVER, Paul. *Cobijo y Sociedad*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1978.
- PORPHYRIOS, Demetri. On Critical History. In: MCLEOD, Mary (Org.). *Architecture, Criticism, Ideology*. Princeton: Princeton Architectural Press, 1985. p. 16-21.
- RAPOPORT, Amos. *Vivienda y Cultura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A, 1972.
- RIKWERT, Joseph. *La Casa de Adan en el Paraíso*. Colección Arquitectura y Crítica. Barcelona: GG Reprints, 1999.
- ROLNIK, Raquel. Lar, doce lar...(a história de uma fórmula arquitetônica). *AU Arquitetura e Urbanismo*, nov/1985. p. 112-3.
- ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) *A Escrita da História*.. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SIMÓ, Trinidad. Formación del Espacio Burgues. *Fragments* nº 15/16. Madrid, 1989.
- SPAIN, Daphne. *Gendered Spaces*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1991.
- VALÉRY, Françoise Dominique. As Mulheres na Cidade Contemporânea. *MULHER, revista Paradigmas*. Natal: Universidade Potiguar, mar/2000. Edição Especial.
- VERÍSSIMO, Francisco Salvador e BITTAR, William S. Mallmann. *500 anos da Casa no Brasil. As transformações da arquitetura e a utilização do espaço de morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- VEYNE, Paul. Nem fatos, nem geometral, mas tramas. In: *Como se Escreve a História*. Brasília: Edunb, 1982.
- VITRÚVIO. Os Dez Livros da Arquitetura. Trad. Marco Aurélio Lagonegro. Introdução Julio Roberto Katinsky. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- WIGLEY, Mark. Untitled: The House of Gender. In: COLOMINA, Beatriz (Org.). *Sexuality & Space*. New York: Princeton Architectural Press, 1992, p. 327-389.